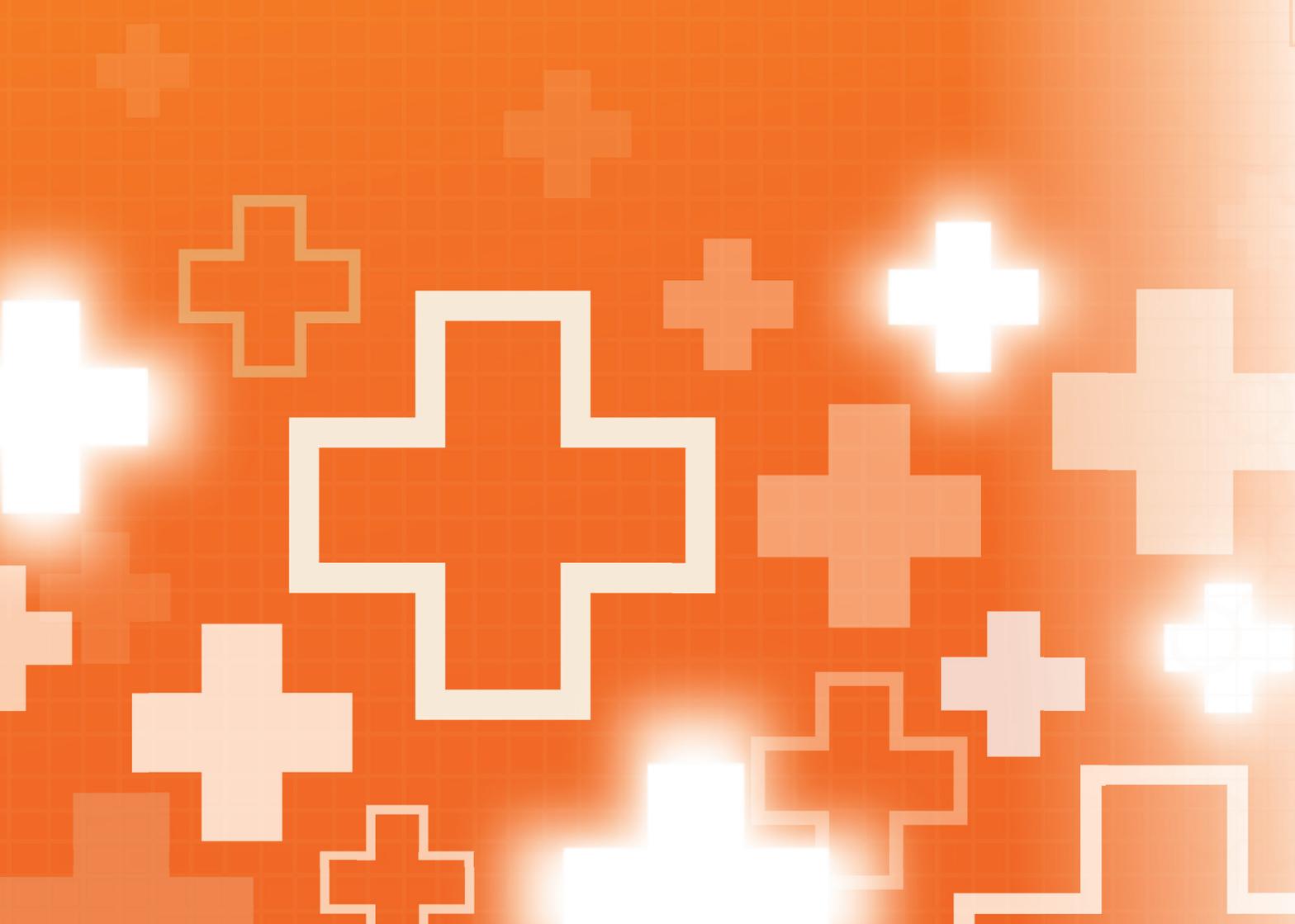


Dispositivos Médicos Implantáveis

Uma extensa e complexa
cadeia de suprimento



O mercado de dispositivos médicos envolve uma extensa gama de produtos e uma complexa cadeia de suprimento. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde) são mais de 1,5 milhões de itens distintos, classificados em cerca de 10 mil categorias, que possuem características próprias e demandam diferentes modelos de comercialização.

Estamos falando de um universo cujos padrões de comercialização sofrem influência de fatores comuns à maioria dos setores da economia brasileira – como as dimensões e variações geográficas do país, a logística de distribuição e os elevados custos financeiros. Mas estamos nos referindo também a um universo bastante específico, cuja cadeia de suprimento inclui não apenas os produtos ofertados, mas também uma série de serviços sem os quais eles repousariam sem uso nas prateleiras dos hospitais. Esses serviços são intrínsecos à cadeia de dispositivos médicos e absolutamente necessários para garantir a segurança de pacientes e a eficácia dos procedimentos médico-hospitalares.

É o que ocorre com os Dispositivos Médicos Implantáveis (DMIs), como stents, marca-passos, cardiodesfibriladores, próteses e órteses. Até chegar ao paciente, estes produtos precisam ser corretamente transportados e armazenados e demandam a manutenção de grandes estoques, com diferentes tamanhos e características de produtos para atender a pessoas de distintos portes e necessidades. Além disso, ao serem comercializados, os DMIs são acompanhados de uma série de ferramentas e instrumentais, utilizados na própria cirurgia, sem os quais não poderiam ser implantados.

As especificidades não param por aí.

Contribui para a complexidade deste setor o fato de que, para que se obtenham os melhores resultados possíveis, esses equipamentos e produtos de saúde dependem de uma meticulosa, competente e especializada assistência técnica pós-venda. Em geral, dispositivos médicos requerem calibração – antes e depois das cirurgias – e revisões periódicas, que são realizadas pelo fornecedor e variam de hospital para hospital, conforme as características da mão de obra e a utilização dos aparelhos.

Outro fator inerente a este mercado é a necessidade imperiosa de que os profissionais de saúde sejam treinados e muito bem capacitados para operar instrumentos, equipamentos e mais um sem número de produtos – afinal, estamos falando de perícia médica e de vidas humanas que dela dependem para serem salvas ou preservadas.

Some-se a essa equação um fato bastante corriqueiro quando se trata de dispositivos médicos. Seja por características próprias do produto ou pelo uso que lhe é dado, existe um grande número de dispositivos e aparelhos que são entregues em consignação aos estabelecimentos de saúde. A razão é simples: muitas vezes, a equipe médica só pode decidir qual é a melhor opção para um determinado paciente no momento da cirurgia. Para que possa fazer a escolha mais adequada, os profissionais precisam ter à mão, no campo cirúrgico, várias opções de produtos com diferentes modelos, tamanhos ou materiais.

E, o que acontece com os produtos que ficaram à disposição do hospital mas não foram utilizados? Obviamente, precisarão ser reesterilizados e reembalados – mais serviços agregados à cadeia e que também requerem especialização.

Tabela ilustrativa de fornecimento itens / serviços prestados na cadeia de DMI

	Fabricante	Distribuidor	Hospital	Médico	Pagador
Produto	✓	✓			
Assistência técnica	✓	✓			
Serviços de calibração	✓	✓			
Certificação de dispositivos	✓	✓			
Armazenamento e adm. de materiais		✓	✓		
Mão de obra especializada*		✓			
Consignação e leasing de equipamentos	✓	✓			
Reembalagem e unificação de produto		✓	✓		
Reprocessamento de instrumentais	✓	✓	✓		
Capacitação Profissional	✓	✓			
Treinamento	✓	✓			
Procedimento médico-cirúrgico			✓	✓	
Pagamento					✓

*Instrumentação e apoio técnico
Fonte: ABIS

A Tabela SIMPRO, em vigor no país, mantém em cadastro 34 mil itens de dispositivos médicos que, na maioria, não são estocáveis. Produtos não estocáveis são sinônimos de suprimentos que requerem um sistema complexo e flexível de logística para garantir sua disponibilidade, além de acordos diferentes de manejo de inventário entre fornecedores, distribuidores e hospitais.

Outra característica do setor de dispositivos médicos é a falta de similaridade entre os produtos. Embora possuam a mesma finalidade, podem ter concepções, tecnologia, especialização de componentes, materiais e funcionalidades distintas. Estes fatores dificultam, muitas vezes, uma fiel comparação de preços, a menos que todas as especificidades e serviços agregados também sejam levados em consideração e pesados na balança.

Diferentemente do que ocorre com medicamentos, adquiridos pelo consumidor final, as aquisições no mercado de produtos para saúde

são feitas entre pessoas jurídicas (negócio a negócio), o que também dá margem a diferentes modelos de comercialização. Vale lembrar que, em Saúde, atuam dois entes distintos no Brasil: o setor público e o privado, cada um com modelos próprios de aquisição, incorporação e remuneração.

Vamos aos detalhes: o setor privado dispõe de uma estrutura de compras especializada e profissional. As redes hospitalares têm autonomia e alto poder de negociação e, mais recentemente, têm se organizado em grupos de compras centralizadas.

Planos de saúde também negociam grandes volumes de compras diretas para suas redes próprias e conveniadas, impulsionados pelo seu crescimento nos últimos anos. Além disso, negociam valores de reembolso de procedimentos com sua rede credenciada.

Já o sistema de aquisições no setor público ocorre por meio de licitações, com foco no

menor preço, ou por meio de leilões reversos ou eletrônicos que asseguram a transparência e preços compatíveis com o poder de compra do Estado.

A incorporação das tecnologias também é diferente nos sistemas público e privado. No primeiro caso, a decisão fica a cargo da CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia e, no segundo, da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. Essas decisões variam em termos de produtos que serão ofertados aos pacientes, velocidade de incorporação e preços que serão praticados.

Tecnologias médicas são essenciais ao diagnóstico, tratamento e reabilitação e desempenham papel crucial para a saúde dos indivíduos e da sociedade como um todo. Graças às suas constantes inovações, têm contribuído para melhorar a acurácia e qualidade dos processos diagnósticos, possibilitando também tratamentos mais precisos, seguros e eficazes. O aumento da eficiência dos cuidados em saúde, em todos os níveis, permite tratar mais pacientes em menores intervalos de tempo.

Além dos benefícios clínicos, as tecnologias médicas oferecem benefícios sociais, reduzindo perdas por absenteísmo e aposentadoria precoce. Entretanto, a falta de uma compreensão mais profunda sobre as relações entre preços e benefícios das inovações tecnológicas impede um debate adequado e necessário sobre o tema.

A complexidade do setor requer seu entendimento por todos os atores da cadeia de suprimento, de maneira que qualquer regulamentação de monitoramento econômico ou de mercado que eventualmente venha a ser desenvolvida proporcione a real transparência que o setor tanto deseja e necessita.

Os dispositivos médicos representam cerca de 3,47% de todas as despesas de saúde no Brasil, incluindo equipamentos para laboratórios e reagentes para diagnósticos in vitro. A visibilidade e transparência sobre os gastos em cada etapa da cadeia (por exemplo, no caso dos implantes) são

necessárias e obrigatórias. Além de coibir eventuais fraudes e desvios éticos, são fundamentais para a sustentabilidade do sistema de saúde.

Os preços cumulativos formados ao longo da cadeia de suprimento deste setor precisam ser compreendidos, reconhecidos e associados a serviços que verdadeiramente agregam valor ao processo. Só com este amplo conhecimento da cadeia como um todo é que será possível validá-los.

O desalinhamento do sistema de remuneração na cadeia de suprimento do setor de saúde é fator preocupante e precisa ser debatido nacionalmente para que possam ocorrer progressos efetivos. Se a complexidade da cadeia não for bem compreendida e controlada pode levar, inclusive, a um uso irracional das tecnologias médicas - a indicação excessiva de exames e procedimentos, seja por desejo de maior segurança de diagnóstico, seja por razões escusas - comprometendo a sustentabilidade do sistema de saúde.

Porém, é muito importante que o combate às fraudes e a correção de desvios éticos não contaminem as decisões referentes a serviços que são legítimos e necessários aos procedimentos, supridos, na maioria dos casos, pela cadeia de distribuidores.

Desvios éticos devem ser investigados e punidos por legislação e regulação específicas. Onde a legislação é falha, deve ser complementada, de modo a trazer tranquilidade à população e confiança nas instituições e seus profissionais.

A criação e implementação de mecanismos de auto-regulamentação da indústria, de leis anticorrupção e de outras regulações que venham trazer transparência à população e ao governo são mais do que necessárias, são fundamentais. Só a transparência poderá contribuir para a construção de um novo sistema de remuneração, tão necessário ao setor. E para que possamos desenhar uma visão estratégica para o sistema de saúde que queremos para o Brasil e, sobretudo, como torná-lo e mantê-lo sustentável. ■